

Autora

Jessica Rabelo Hoffmann
jessica.hoffmann@fatec.sp.gov.br

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Angela Simone Ronqui
Oliva
angela.oliva@fatec.sp.gov.br

RESUMO

A proposta deste trabalho é promover uma reflexão acerca da importância da participação da mulher na sociedade, no mundo do trabalho, na conquista de seus direitos, valorizando a mulher como ser social, capaz de desenvolver-se em variadas funções. Inicialmente, resgata-se a trajetória histórica da entrada da mulher no mercado de trabalho e sua ascensão em um mundo dominado pelo sexo masculino. Sabe-se, contudo, que ainda há diferenças que persistem em relação à igualdade de gênero e de condições sociais, salários, suas conquistas no campo da educação e reconhecimento profissional, seu novo papel no núcleo familiar - de uma situação de subjugada, no século XVIII as tarefas do lar à ascensão a chefe de família no século XXI.

Palavras-chave: Mulher. Mercado de Trabalho. Desigualdade. Direito.

ABSTRACT

The purpose of this work is to promote a reflection on the importance of women's participation in society, in the world of work, in the conquest of their rights, valuing women as a social being, capable of developing themselves in several functions. Initially, the historical trajectory of the entry of women into the labor market is recovered, their rise in a world dominated by men, despite the differences that still persist in relation to gender equality and social conditions, wages, their achievements in the field of education and professional recognition, his new role in the family nucleus - from a situation of subjugation, in the eighteenth century the tasks of the home the rise to head of the family in the twenty-first century..

Keywords: Woman. Job market. Inequality. Right.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho humano constitui categoria de estudos das diversas áreas do conhecimento, sejam das áreas de humanas ou sociais. No presente artigo, não se pretende percorrer a multiplicidade dos conceitos já produzidos a partir de cada uma dessas contribuições, mesmo porque seria uma tarefa impossível. O objetivo deste estudo é evidenciar a entrada da mulher no mercado de trabalho e sua ascensão em um mundo dominado, por muito tempo, pelo sexo masculino, saindo de uma situação de subjugada apenas às tarefas de dona de casa, no século XIX, até a ascensão à chefe de família no século XXI.

No início dos tempos, as mulheres eram vistas apenas como donas-de-casa sendo submissas ao homem, devido ao estigma de sociedade patriarcal, desigual e hierarquizada. Era o marido que ditava as regras e ele quem era o provedor do lar, cabendo à mulher a função de atender as vontades masculinas e cuidar da casa e dos filhos.

As transformações do mundo do trabalho desde o início da Idade Moderna é, invariavelmente, marcado pela participação da mulher de uma forma ou de outra, mas, principalmente, pela necessidade de sua contribuição ligada ao ganho para manutenção da subsistência da família.

A partir da inserção da mulher no mercado de trabalho durante a Revolução Industrial, inicia-se um longo processo em busca da conquista por um espaço no âmbito profissional e seu trabalho começa a ter visibilidade. No entanto, é apenas após a I e II Guerras Mundiais que esse movimento ganha força e as mulheres passam a assumir funções antes dominadas exclusivamente pelo homem.

O final do século XX e início do século XXI são marcados por grandes e aceleradas mudanças que podem ser observadas nos mais diversos campos de nossa sociedade contemporânea, seja na economia, na política ou na cultura. Estabelece-se uma nova forma de relacionamento entre os seres humanos, particularmente, mudanças significativas na vida familiar, provocadas, em muitos casos, pelas mudanças de papéis e pela nova condição feminina.

A relevância desse artigo está no estímulo a uma reflexão sobre a importância da participação da mulher na sociedade, no mundo do trabalho e na conquista de seus direitos, valorizando a mulher como ser social, capaz de desenvolver-se em variadas funções, por meio da luta constante para a quebra de paradigmas de uma cultura que, há tempo, a colocava apenas como dona de casa e cuidadora dos filhos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A inserção da mulher no Mercado de Trabalho

A palavra “trabalho” é compreendida como atividade profissional, remunerada ou não, produtiva ou criativa, exercida para determinado fim (NEVES, 2018, p.3). Desta forma, pode-se afirmar que o

trabalho sempre esteve presente na vida das mulheres, seja no seu ambiente domiciliar ou em lugares públicos.

A Revolução Industrial foi o período de grande desenvolvimento tecnológico que teve início na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII e que se espalhou pelo mundo, causando profundas transformações que mudaram radicalmente a estrutura da sociedade em vários aspectos, afetando, de forma radical, o mundo do trabalho, o caráter da produção e as relações humanas.

Este é um período marcado pela transição entre do trabalho artesanal para o trabalho manufatureiro, e, posteriormente, para a grande indústria fundada no sistema de máquinas.

A máquina da qual parte a revolução industrial substitui o trabalhador que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que ao mesmo tempo opera com certo número de ferramentas idênticas ou semelhantes àquela, e é acionado por uma única força motriz, qualquer que seja sua forma [...] O aumento do tamanho da máquina ferramenta e do número dos instrumentos com que opera ao mesmo tempo exige um motor mais potente, que, para vencer a própria resistência, precisa de uma força motriz superior à força humana (MARX, 1989, p. 428-9).

Para diminuir os custos, aumentar a produtividade e, assim, ter lucros mais elevados, os industriais recrutavam mão de obra barata para trabalhar nas fábricas, achatando consideravelmente os salários dos trabalhadores masculinos que, naquela época, eram considerados chefes de família.

Os valores obtidos pela venda da força de trabalho masculina ao capital não garantiam mais a subsistência familiar. Nesse contexto, em busca de complementar a renda e garantir a subsistência familiar, é que as mulheres adentraram ao espaço da fábrica, marcando, assim, o primeiro momento na história em que houve considerável absorção da mão de obra feminina (LEAL, 2016).

A mão de obra feminina era monetariamente desvalorizada e, portanto, altamente lucrativa para o seu empregador. Conforme Hobsbawm (2000, p. 65):

[...] é quase certo que a fabricação do algodão contribuía mais para a acumulação de capital que outras, ao menos porque a rápida mecanização e o uso generalizado de mão-de-obra barata (de mulheres e adolescentes) permitia uma elevada transferência dos rendimentos do trabalho para o capital. De 1820 a 1845, o produto líquido industrial cresceu cerca de 40% (em valor corrente) e sua folha de pagamento em apenas 5%.

A partir da inserção da mulher no mercado de trabalho durante a Revolução Industrial, inicia-se um longo processo em busca da conquista por um espaço no âmbito profissional, seu trabalho começa a ganhar visibilidade. “Deste período em diante, a mulher passa a ser vista sob novos aspectos. Seu perfil muda, a torna um ser em construção, na busca de realização e desenvolvimento de suas potencialidades” (LESKINEN, 2004, p. 01).

Contudo, as diferenças e desigualdades em relação aos homens ainda estavam aparentes, principalmente, no que diz respeito à educação, pois até o ano de 1879, as mulheres não podiam cursar cursos de nível superior, isso era direito apenas garantido ao sexo masculino, e, por muito tempo, boa parte do século XIX, as mulheres poderiam apenas ter educação fundamental (APARECIDO, 2015).

Durante o período da primeira e segunda Guerras Mundiais, sem a presença masculina que se encontrava em batalha, a mulher é compelida a prover o sustento do lar. Segundo Thebaud (1991), em 1914, após o início da guerra, as mulheres já ocupavam 40% dos postos de trabalho e, em julho de 1915,

ocupavam aproximadamente 80% da mão de obra, exercendo papéis de enfermeiras, camponesas e comerciantes e executando atividades nas indústrias têxteis.

A presença do trabalho da mulher aconteceu, em grande medida, não apenas durante os anos de conflito, mas também posteriormente, em razão do alto número de mortes e de acidentes que deixavam os homens inaptos para o trabalho.

A origem e evolução da mulher no mercado de trabalho se iniciaram com a primeira e segunda guerra mundiais em que as mulheres tiveram que assumir a posição dos homens no mercado de trabalho. Mas a guerra acabou e com ela a vida de muitos homens que lutaram pelo país. Alguns dos que sobreviveram ao conflito foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho. Foi nesse momento que as mulheres sentiram-se na obrigação de deixar a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos (PROBST, 2003, p. 02).

Após esse período, a mulher começava a introduzir-se no mercado de trabalho, conforme relata Probst (2003, p. 02):

No século XIX, com a consolidação do sistema capitalista inúmeras mudanças ocorreram na produção e na organização do trabalho feminino. Com o desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento da maquinaria, boa parte da mão-de-obra feminina foi transferida para as fábricas.

Atualmente, o trabalho da mulher registra uma participação muito expressiva no contexto mundial, por meio de lutas pela igualdade em todos os níveis da sociedade. Entretanto, a mulher continua tendo o seu trabalho explorado. A política protecionista considerada, na maioria das vezes, exagerada, provoca no patrão certo tipo de reação em admitir o trabalho da mulher. (ROCHADEL,2007).

Com a consolidação do sistema capitalista no mundo, a mulher ingressou no meio estudantil e, a partir de então, passou a demonstrar ser eficiente, competente e com inúmeras habilidades necessárias para atuar no mercado de trabalho, passando a visualizar uma possibilidade maior de independência e ganho financeiro por meio do conhecimento, algumas vezes, abrindo mão da vida familiar e da maternidade, para assumir cargos mais grandiosos no mercado de trabalho.

3 MULHER DO SÉCULO XXI

O final do século XX e início do século XXI são marcados por grandes e aceleradas mudanças que podem ser observadas nos mais diversos campos de nossa sociedade contemporânea, seja na economia, na política ou na cultura. Particularmente, essas mudanças alteraram, de forma significativa, a vida familiar, provocadas, em muitos casos, pelas modificações de papéis e a nova condição feminina. Antes, o trabalho da mulher restringia-se ao lar, mas nos últimos anos ela passou, em muitos casos, a ser a principal provedora de seu casa, fazendo com que ela deixasse de ser esposa e mãe por tempo integral e tivesse a oportunidade de refazer sua identidade como profissional, mãe e esposa (CASTELLS, 2002).

Ao longo dos séculos, as mulheres sempre foram ensinadas a serem donas de casa, responsáveis por cuidar dos filhos, enquanto os homens foram encorajados a serem soberanos, e se sentirem acima das mulheres. Para Oliveira (2008), este conceito de “esferas separadas” contribuiu para

marginalizar a mulher no espaço público e do trabalho, afastando-a, assim, do conhecimento, da possibilidade de crescimento pessoal e de autonomia.

(...) o modelo de família com núcleo patriarcal - homem/provedor e mulher/dona de casa em tempo integral - é calcado em uma estrutura hierárquica que pressupõe um conjunto de práticas e de valores. Esse modelo baseia-se na dicotomia dos papéis sexuais familiares. Vale lembrar que a conceituação de papel não só compreende o posicionamento do indivíduo no grupo familiar e na sociedade em geral, como também se refere aos modelos culturais e aos sistemas de valores (OLIVEIRA, 2008, p.124).

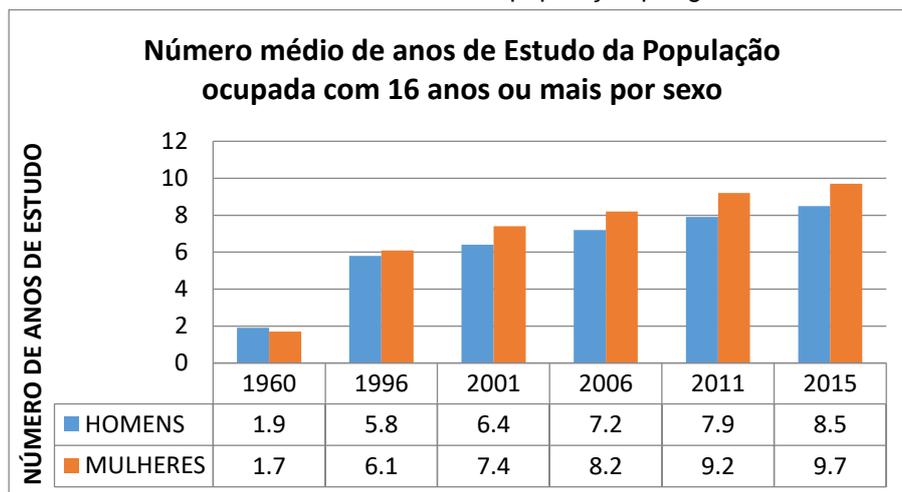
Ao inserir-se no mercado de trabalho, a mulher adquire múltiplos papéis, visto que suas atribuições de esposa, mãe e dona de casa, inerentes à função social antes ocupada, ainda são mantidas, mas agora, sua dedicação não é exclusiva ao lar.

A mulher contemporânea, ao mesmo tempo em que é dona de casa, é também estudante e profissional realizando tarefas no meio social. Busca-se pela quebra do paradigma de que a mulher tem menos capacidade do que o homem e que seu *status* e renda têm que ser sempre menor quando comparada ao dele. Esses aspectos preconceituosos vêm motivando cada vez mais as mulheres a lutarem pelos seus direitos de viver em uma sociedade em que se preveja a igualdade de gênero.

3.1 O diferencial da educação

Estudos revelam que o acesso à educação tem sido uma das facetas da desigualdade entre os gêneros. No Brasil, as estatísticas mostram uma realidade um pouco diferente (IPEA, 2020). Ao longo das últimas décadas, registra-se não só uma diminuição da diferença de escolaridade média de homens e mulheres, mas também uma ultrapassagem dessas últimas (BELTRÃO, 2002, p. 01).

Gráfico 1: Número de anos de estudo da população por gênero



Fonte: IPEA (2020); Adaptado de BELTRÃO (2002)

O Gráfico 1 revela o número médio de anos de escolaridade de homens e mulheres para o período de 1960 a 2015. Pode-se observar que a escolaridade média está crescendo para ambos os sexos, mas as mulheres estão conseguindo isso em uma velocidade maior. Em 1960, a escolaridade média dos homens brasileiros era de 1,9 e das mulheres, de 1,7; já em 2015, esses números passaram

a, respectivamente, 8,5 e 9,7, a diferença, que era de 0,2 ao ano em favor dos homens passa em 2015, a 1,2 em favor das mulheres.

O Censo Escolar de Ensino Superior (INEP, 2019) revela que, de um total de 6.394.244 estudantes de cursos de graduação presenciais em todo o Brasil, 3.551.116 são mulheres, aproximadamente 55,6% do total e a maioria concentra-se nas áreas das ciências humanas, sociais e na área da educação. Salientamos os dados do Censo Escolar de Ensino Superior referente a 2019, em que está prevista para 23.10.2020, conforme divulgado no *site* desse instituto.

As mulheres já conseguiram ultrapassar os homens em alguns dos cursos mais tradicionais e valorizados, como Direito, área Médica e de Comunicação (INEP, 2019).

A dimensão educacional também revela a grande desigualdade existente entre as mulheres, segundo sua cor ou etnia: 23,5% das mulheres brancas têm ensino superior completo, um percentual 2,3 vezes maior que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%) que concluíram esse nível de ensino.

O gráfico 1 e o Censo Escolar de Ensino Superior revelam que as mulheres preocupam-se mais com sua formação profissional do que os homens. Em decorrência da elevação dos níveis de escolaridades, as mulheres aumentam as suas conquistas, como maior qualificação, facilitando ainda mais sua entrada no mercado de trabalho e a consolidação aos padrões menos prejudiciais para as mulheres (AZEVEDO, MENEZES & FERNANDES, 2000).

No entanto, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos dos homens de 15 anos ou mais de idade, com rendimento de trabalho, foi de R\$ 2 058 e o das mulheres, R\$ 1 567. Em termos proporcionais, as mulheres receberam, em média, 76,1% do rendimento de trabalho dos homens em 2015, o que representou um aumento de 1,6 ponto percentual em relação a 2014, quando essa proporção foi de 74,5%, embora, em média, elas tenham maior escolaridade do que eles (PNAD, 2015, n.p.),

A disparidade de rendimentos cresce nos níveis de maior escolarização: mulheres com mais de 12 anos de estudo recebem, em média, 65% do rendimento-hora dos homens dessa faixa. Já no grupo com até 4 anos de estudo, as mulheres chegam a 76% do rendimento dos homens. A desigualdade entre os segmentos raciais também é evidente (ANDRADE, 2016, p.59).

Agregando-se o viés de gênero, também notam-se substanciais diferenças: mulheres brancas com 12 anos ou mais de estudo ganham R\$ 19,30 por hora; já as negras recebem 78% desse rendimento. Nesse mesmo grupo de escolaridade, a diferença entre os homens é igualmente expressiva: os brancos recebem R\$ 29,20, mas os negros têm 79% desse valor. E, nesse grupo, o homem branco recebe quase o dobro da mulher negra no mesmo nível de escolaridade (R\$29,20 x R\$15,00) (ANDRADE, 2016).

Portanto, fica evidente que as diferenças de rendimentos entre homens e mulheres não se explicam pela diferença de escolaridade.

A desigualdade de rendimento entre homens e mulheres no caso brasileiro é resultado, em grande medida, de uma inserção, no mercado de trabalho, diferenciada por sexo, com uma maior presença feminina em ocupações precárias, de baixa qualificação, pouco

formalizadas e predominantemente no setor de serviços como, por exemplo, o trabalho doméstico (IBGE, 2014, p. 119).

Nesse sentido, mesmo com todo o esforço feminino no investimento da sua formação e qualificação profissional, ainda há muito preconceito, o que atrapalha a ascensão profissional feminina e um salário mais digno.

3.2 A participação da mulher no mercado de trabalho

Há algumas décadas, no Brasil, a porcentagem de mulheres economicamente ativas tem aumentado consideravelmente. Apesar de serem mais escolarizadas, o rendimento médio delas equivale 68% do que homens ganham (IBGE, 2018).

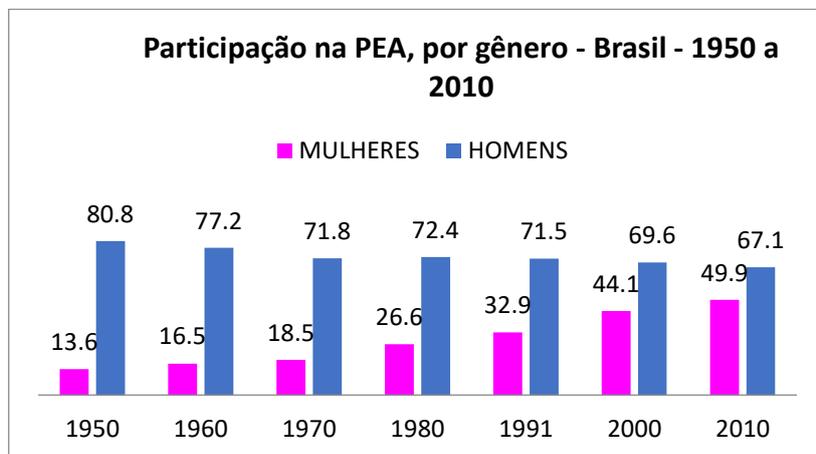
Os dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (BRASIL, 2019, n.p.) apontam que, entre 2013 e 2017, o salário médio das mulheres cresceu 4,4%, enquanto o dos homens teve alta de 0,9% no período. Com isso, elas passaram a receber, em média, 85,1% dos salários deles em 2017, o que significa uma redução da desigualdade salarial, já que em 2013, esse número era de 82,3%. Um dos fatores pode estar diretamente associado ao aumento do nível de escolaridade para ambos os sexos, contudo, Guimarães (2012) ressalta:

É importante evidenciar que a redução dos diferenciais de rendimento tanto em termos do atributo sexo quanto de cor ou raça, foi bastante condicionada pelo processo de valorização real do salário mínimo, que aumenta mais expressivamente os rendimentos na base da pirâmide, ou seja, entre a população ocupada que recebe salário mínimo que, por sua vez, é significativamente representada por mulheres e negros (GUIMARÃES, 2012, p. 102).

No Brasil, as mulheres representam 43,66%, em média, da força de trabalho. No recorte regional, a taxa de participação das mulheres é maior no Sul do país, onde elas representam 45,7% da força de trabalho; em seguida, aparecem as regiões Sudeste (44%), Nordeste (43,9%), Norte (43,6%) e Centro-Oeste (41,1%).

Os dados censitários demonstram a evolução da participação feminina no mercado de trabalho e a redução contínua da diferença entre homens e mulheres na População Economicamente Ativa (PEA), no período entre 1950 e 2010. A participação masculina na PEA passou de 80,8% para 67,1%, ao passo que a participação feminina mais que triplicou, saltando de 13,6% para 49,9% (Gráfico 2).

Gráfico 2: Participação no Brasil na PEA por gênero



Fonte: Adaptado de Censos Demográficos do IBGE – 1950 a 2010

Apesar da participação da força de trabalho estar próxima de uma equidade entre homens e mulheres, em 2016, no Brasil, 60,9% dos cargos gerenciais (públicos ou privados) eram ocupados por homens, enquanto que apenas 39,1% pelas mulheres (IBGE).

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (2019) as maiores taxas de participação feminina estão em atividades relacionadas à saúde (76,6%), ensino (62,6%), indústria têxtil (61,8%) e na administração pública (58,5%).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que as mulheres, além de executar sua jornada de trabalho diária, ao chegar a casa, devem realizar uma segunda jornada, aquela destinada a desenvolver as atividades domésticas, além de cuidado de filhos e familiares. A dupla jornada encarada pelas mulheres traz a elas consequências pessoais, como: ansiedade, angústia, desamparo, estresse, impotência, insegurança, insônia (FERNANDÉZ COLLADOS, 2006).

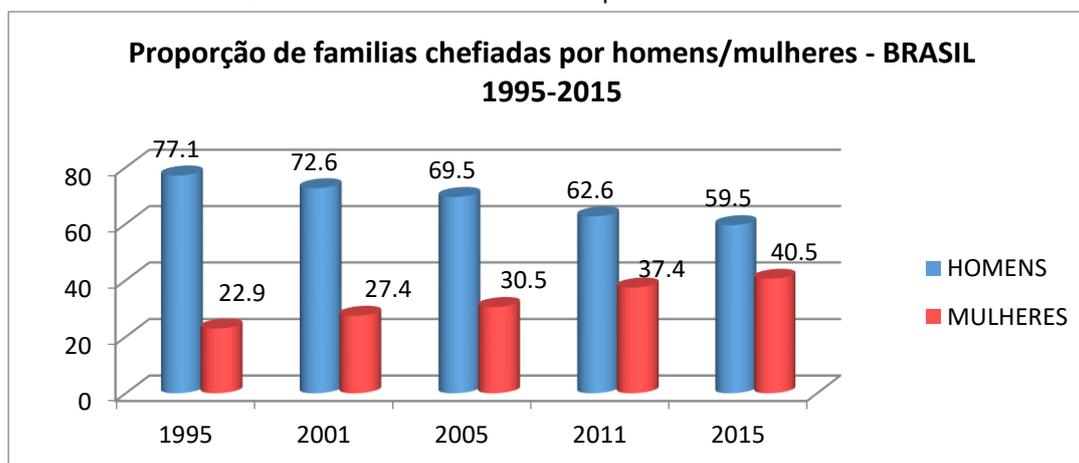
O recurso encontrado por muitas mulheres para lidar com a necessidade de cuidar dos filhos e manter-se no mercado de trabalho é a contratação do serviço de outra mulher (empregada doméstica), situação que contribui com a perpetuação da precarização do trabalho feminino, pois: “O emprego doméstico é um dos maiores “guetos” femininos, na medida em que se trata de uma ocupação na qual mais de 90% dos trabalhadores são do sexo feminino” (BRUSCHINI E LOMBARDI, 1999, p. 03).

3.3 Famílias chefiadas por mulheres no Brasil

A família é uma das principais instituições da sociedade. Em termos antropológicos, a família é formada a partir dos sistemas de parentesco e de aliança, pela combinação de relações. Ou seja, a família se forma por meio dos laços de descendência, consanguinidade, casamento e aliança e dependência, ou da combinação de um, alguns ou todos estes aspectos (LÉVI-STRAUSS, 1982).

Os lares brasileiros, cada vez mais, estão sendo chefiados por mulheres. Em 1995, 23% dos domicílios tinham mulheres como pessoas de referência. Vinte anos depois, esse número chegou a 40%. Cabe ressaltar que as famílias chefiadas por mulheres não são exclusivamente aquelas nas quais não há a presença masculina: em 34% delas, havia a presença de um cônjuge (FONTOURA, 2017, p. 01)

Gráfico 3: Famílias chefiadas por homens/mulheres no Brasil



Fonte: Adaptado de IPEA (2020)

A questão da chefia familiar feminina é um fenômeno majoritariamente urbano: 43% dos lares na cidade tinham uma mulher como pessoa de referência em 2015, comparadas a 25% no campo, valor que se aproxima mais dos patamares da média brasileira de 1995.

Esse crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres está associado aos diferentes fatores que têm provocado transformações sociodemográficas no Brasil: queda da fecundidade, redução do tamanho das famílias, maior expectativa de vida para as mulheres em relação aos homens, envelhecimento populacional e processos de individualização dos sujeitos, aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, entre outros (IPEA).

De acordo com Fontoura (2017, p. 3), com certeza, “o fato de que as mulheres, nas últimas décadas, tenham alcançado mais escolaridade e tenham aumentado sua participação no mercado de trabalho está relacionado ao aumento do número de famílias chefiadas por elas. Ainda há, no entanto, muito a ser explorado e respondido acerca desse novo fenômeno.”

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa é fundamentada na utilização do método hipotético-dedutivo, criado por Karl Popper, em que a primeira etapa do método é o surgimento do problema e, como consequências desse problema, são formuladas conjecturas, soluções ou hipóteses (PRODANOV, 2013 p.32).

A partir da definição do problema a abordagem a ser empregada será a pesquisa qualitativa e descritiva, por meio de pesquisa bibliográfica. Conforme Rodrigues (2006), a pesquisa bibliográfica é todo estudo realizado com documentos ou fontes secundárias e abrange toda bibliografia tornada pública em relação ao tema em estudo, sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que já foi escrito sobre determinado assunto.

Para tanto, a pesquisa bibliográfica envolverá a busca de informações em livros, monografias, teses, dissertações, artigos publicados em revistas especializadas acerca do tema em foco.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da humanidade é marcada por grandes transformações nos mais variados espaços da sociedade, mas, sem dúvida, a principal promovida pelas mulheres está na luta relacionada à sua posição social, deixando de serem apenas subordinadas a tarefas do lar, cuidados de filhos e marido, afirmando-se no mercado de trabalho que, por muito tempo, foi dominado pela figura masculina.

Mesmo com todas as dificuldades, as mulheres aos poucos, estão conseguindo quebrar os paradigmas, assumindo responsabilidades e cargos cada vez mais importantes, construindo uma nova sociedade na qual a diferença entre homens e mulheres fica apenas na estrutura biológica de cada ser.

Cabe salientar que o papel social que a mulher assume no mundo contemporâneo não descaracteriza, para algumas delas, seu papel como mãe. Cabe à sociedade e às organizações de trabalho promover mudanças para que essa mulher do século XXI consiga conciliar e equilibrar ambas as funções, ou seja, a de mãe e a de profissional, por meio de um equilíbrio maior na distribuição de funções, seja no trabalho e na vida em família.

É possível constatar, por meio das pesquisas realizadas pelo IBGE e pelo IPEA, apresentadas ao longo do artigo, que os avanços no campo educacional favoreceram a participação no âmbito profissional, mas essa conquista até agora não se fez presente na sua prática econômica, pois, apesar de terem adquirido mais instrução, os salários não acompanharam esse crescimento. Contudo, embora ainda de forma pequena, está sendo cada vez maior o número de mulheres que ganham mais que o marido.

O breve panorama traçado ao longo desse artigo demonstra a distância entre homens e mulheres, muito embora vários embates tenham sido vencidos, ainda resta muito a conquistar, em relação à igualdade de gênero e de às condições sociais, sobretudo em relação aos cargos profissionais hierarquicamente mais elevados e, por isso, a caminhada histórica segue em construção.

5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Tânia. **Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016.

APARECIDO, Fátima dos Reis. **A mulher e o mercado de trabalho masculino**. Monografia (Especialização Educação em Direitos Humanos) Universidade Federal do Paraná. 2015. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/42987/R%20-%20E%20-%20FATIMA%20DOS%20REIS%20APARECIDO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 17 de jun 2020.

AZEVEDO, Sérgio G. de; MENEZES, Wilson Ferreira; FERNANDES, Cláudia Monteiro. **Fora de lugar: Crianças e adolescentes no mercado de trabalho**. Salvador: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), 2000. Coleção teses e pesquisas, v.2.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami. **Acesso à educação: diferenciais entre os sexos: Texto para discussão nº 0879**. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

BRUSCHINI, Cristina. LOMBARDI, Maria Rosa. **A Bi-Polaridade do Trabalho Feminino no Brasil: O Emprego Doméstico e as “Novas” Ocupações**. Mulher e Ocupação, 1999.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Diferença de salários entre homens e mulheres caiu em quatro anos**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2019/03/diferenca-de-salarios-entre-homens-e-mulheres-caiu-em-quatro-anos>. Acesso em 17 de maio 2020.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FERNÁNDEZ COLLADOS, M. B.: “**La doble jornada femenina**”, en VV.AA (SÁNCHEZ TRIGUEROS, C., DIR.: La presencia femenina en el mundo laboral: metas y realidades, Pamplona (Aranzadi), 2006.

FONTOURA, Natália et al. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça—1995 a 2015**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, p. 1-5, 2017.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares (org.). **Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000**. Brasília: OIT, 2012. 416p. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/indicadorestdno_vo_880.pdf>. Acesso em 30 de jun. 2019.

HOBSBAWM, E. J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em 17 de maio 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo 2010: Características da população e dos domicílios. Resultados do universo**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/>. Acesso em 22 de jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores**, 2015. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em 17 de jun. 2020.

INEP – INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, **Sinopse Estatística da Educação Superior**, 2018. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/básica-censo-escolar-sinopse-sinopese>>. Acesso em: 22 de jun. 2020.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Informativo 4464: Mulheres Chefiam 35% das famílias**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&ordering=3&limitstart=4460&limit=10>. Acesso em 16 de jun. 2020.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades entre gêneros e raças**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>. Acesso em: 17 de jun. 2020.

LEAL, Joana. **Inserção da mulher no mercado de trabalho foi passo importante para novas configurações sociais**. *Agência Universitária de Notícias*. Ano 49. Edição 20. 2016. Disponível em: <<http://www.usp.br/aunantigo/exibir?id=7501&ed=1302&f=23>>. Acesso em 17 de jun. 2020

LESKINEN, M. **Educación una clave hacia la igualdad**. Curitiba: Revista Observatorio Social, 2004.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1982.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro primeiro: O processo de produção do capital. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Vol. I. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

NEVES, Diana Rebello et al. Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 16, n. 2, p. 318-330, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cebape/v16n2/1679-3951-cebape-16-02-318.pdf>. Acesso 22 de jun 2020.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalvanti. **A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis?** In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Faperj, 2008.

PINHEIRO, Aline. **CLT: 11 direitos trabalhistas só para mulheres**. Rede Jornal Contábil, 2015. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/clt-11-direitos-trabalhistas-para-mulheres/>. Acesso em: 17 de maio 2020.

PROBST, Elisiana Renata; RAMOS, Paulo. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **Santa Catarina: Instituto Catarinense de Pós-Graduação**, p. 1-8, 2003. Disponível em: http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo_jan_gen_a_evolucao_da_mulher_no_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 16 de maio 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em 16 de jun. de 2020.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia Científica**. São Paulo: Avercamp, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm#art818>. Acesso em 27 out. 2019.

THEBAUD, F. **História das mulheres no Ocidente**. Porto Alegre, 1991: Edições Afrontamento.